

RELATÓRIO E CONTAS DA ATIVIDADE DE 2020 CENTRO SOCIAL DO PEGO

Neste apresentar de contas do exercício de 2020, ano marcado pela pandemia COVID-19, apesar de todos os esforços para que os propósitos de qualidade de serviço aos nossos utentes fosse de boa qualidade e haver o reconhecimento de vários setores da sociedade que acompanharam, dentro destas portas, a nossa atividade e atuação nos momentos mais críticos da pandemia de que tais propósitos foram conseguidos, fica-nos a marca do sofrimento, da dor, das perdas de vida e o pouco reconhecimento por quem de direito, do trabalho desenvolvido por todos os que aqui, com risco da própria vida - e em obediência às orientações recebidas da Autoridade Sanitária, acompanhadas de perto e até com participação ativa nos serviços desenvolvidos, como ainda pelos serviços da Segurança Social - cuidaram dos utentes desta casa.

Mais do que uma estrutura residencial, foi-nos exigido responder como se a nossa realidade fosse a de dispor e estar equipada, na quantidade e qualidade com os meios financeiros, materiais, técnicos e humanos de que dispõe uma unidade de saúde apetrechada para o tipo de resposta com que se teve de viver.

Respondemos e estamos a cumprir as normas impostas, com a responsabilização dos seus dirigentes pelo seu não cumprimento, algumas das quais controversas e até incompreensíveis e também por isso incompreendidas por muitos utentes e especialmente pelos seus familiares que não percebem tais exigências, como é o caso dos cuidados e obrigações aquando das visitas.

Em todas as respostas sociais ficámos sujeitos a novas normas e alterações de um dia para o outro e, em todas elas, no que aqui e além não foi do agrado dos utentes e suas famílias a responsabilidade, o desagrado foi sobre os serviços desta casa e seus dirigentes que tais manifestações recaíram.

Relativamente ao que ficou expresso no Plano de Atividades quanto à realização de recursos que fossem garante da sustentabilidade da instituição, porventura até pelas contingências a que a entidade tutelar ficou sujeita e a tantas situações inesperadas teve de atender, confirmou-se e agravou-se o sentimento de preocupação com que nos temos vindo a debater.

Pelas dificuldades financeiras, pelos efeitos da COVID-19, nos serviços e nas pessoas, trabalhadores e utentes e pelo impedimento gerado pela situação à grande maioria dos dirigentes dos corpos sociais em poderem ser e estar em toda a dimensão na instituição, foi de extrema dificuldade o quotidiano da gestão desta instituição.

Não se conseguiu ainda a consagração em acordo de cooperação da atualização do que é o adequado para uma melhor resposta em SAD (serviço de apoio domiciliário).

Também o alargamento para o apoio integral ao número de crianças que temos vindo a registar em Jardim de Infância não está a ser conseguido.

Fruto da reorganização do funcionamento de alguns serviços, nomeadamente do setor das compras e aprovisionamento, em especial dos bens alimentares, foram melhorados os serviços e foi possível reduzir o nível da despesa em alguns setores da atividade. Todavia, o peso dos custos com pessoal e, por força destes, o desequilíbrio entre a receita e a despesa, continua a impedir-nos que seja atingida a necessária sustentabilidade.

Ocorreu aumento na massa salarial, em resultado da atualização da Retribuição Mensal Mínima Garantida e do conseqüente ajustamento das tabelas salariais aplicáveis ao setor.

E, a receita direta que deriva da prestação de serviços não proporcionou sequer o acompanhamento desse aumento de custos.

No caso das respostas sociais Centro de Dia e Jardim de Infância/Pré-Primária, os custos com o pessoal são largamente superiores à receita proveniente da comparticipação da Segurança Social e das famílias.

A comparticipação da Segurança Social decorrente dos acordos de cooperação estabelecidos, mereceu uma atualização percentual inferior ao determinado para os salários, situação igualmente verificada nos rendimentos das famílias.

No caso dos idosos as atualizações das pensões de reforma ou aposentação foram ainda mais baixas e a generalidade dos rendimentos das famílias dos utentes de Creche e Jardim de Infância são de muito baixo valor.

Mas, como é sabido, esta receita fundamental, Segurança Social e Utentes, está tabelada.

No caso da componente Segurança Social e decorrente do respetivo acordo de cooperação recebe-se o valor unitário estipulado por utente de cada uma das respostas sociais, aferido mensalmente pelas frequências ocorridas.

No caso do que é o pagamento/comparticipação das famílias, os valores decorrem da aplicação da fórmula estabelecida em lei sobre o rendimento líquido de cada uma e se houver faltas com motivo justificado, nos moldes previstos na lei e regulamento da resposta social, haverá lugar a desconto na mensalidade.

Resulta daqui que, face à variação das frequências, a receita é sempre incerta e, tendencialmente abaixo das previsões.

No que à despesa com pessoal se refere, não ocorre nenhuma redução porque a capacidade de resposta tem de estar disponível todos os dias para o que está contratualizado/consignado na plenitude em acordo de cooperação.

Para se conseguir realizar a obra que temos em funcionamento, Lar (ERPI), Centro de Dia e Apoio Domiciliário, Creche e Jardim de Infância/Pré-Primária, teve o Centro Social do Pego a necessidade do apoio, do recurso a capitais alheios, ao crédito bancário, o que determina o compromisso de amortização nos tempos contratados e o inerente pagamento do serviço da dívida (juros e encargos).

Neste ano de 2020, a dívida em causa foi reduzida em 62.724,35€. Com os juros e encargos a totalidade do valor pago foi de 82.820,38€.

E, como todos sabemos, antes dos aumentos salariais francamente acima da normal receita decorrente do funcionamento das respostas sociais em vigor, honrar esses compromissos nunca foi problema, hoje, para o continuar a fazer, a ter de realizar as operações no dia certo, obriga-nos a que a outros setores o o prazo de pagamento seja alargado, com algumas acrescidas dificuldades.

O que foi edificado neste Centro Social e as respostas sociais que proporciona aos respetivos utentes são um compromisso de solidariedade para com a sociedade envolvente, uma obra social que pretende ser e é, um fator de coesão social, que a todos deve competir.

Sendo um objetivo de sempre, ele tem de ser visto na justa medida da conciliação da satisfação das necessidades das pessoas com o que são as receitas provenientes das correspondentes prestações de serviços, recursos estes provenientes das famílias e do Estado, o que na situação atual se tem revelado insuficiente.

Não obstante as dificuldades sentidas na economia local, continuámos a poder contar com alguns donativos, contributos e iniciativas que conduziram à realização de uma significativa receita extraordinária, que muito agradecemos, mas que ainda assim, insuficiente para superar o desequilíbrio existente na típica relação normal receita/despesa.

A este propósito, expressamos o nosso agradecimento a todos aqueles que nos foram beneméritos e, em especial, no aflitivo período do surto COVID-19 que nos atingiu no final do ano e que, sem qualquer contrapartida, nos deram apoios significativos, quer monetários, quer em serviços, quer em materiais específicos.

Neste doloroso período tivemos de utilizar equipamentos de proteção individual, como se de uma unidade de saúde de ponta se tratasse, materiais e custos inimagináveis que tivemos de assumir.

Neste movimento solidário, participaram pessoas coletivas públicas e particulares, também do setor solidário e grupos informais, que em muito ajudaram a minimizar as dificuldades vividas e com as quais nos continuamos a debater.

Importa também evidenciar a importância significativa das medidas extraordinárias tomadas a nível governamental em apoio às instituições, que nos proporcionou um reforço em meios humanos, com uma equipa designada de "Brigada de Intervenção Rápida", no "pico da pandemia", bem como através do programa MAREESS (Medidas de Apoio ao Reforço de Emergência de Equipamentos Sociais e de Saúde) de que ainda estamos a usufruir, medidas estas a que nos candidatámos e sem as quais se poderia ter observado um colapso do funcionamento da ERPI, tantas foram e ainda são as baixas médicas observadas nos trabalhadores ao serviço nesta área.

Não obstante esses apoios foi ainda de monta a despesa acrescida, em consequência de muitos dos artigos nos terem sido necessários e obrigatórios naquele especial período e ainda porque muitos passaram a ser de utilização corrente, face às regras sanitárias obrigatórias que nos são impostas. Para este acréscimo de despesa não passou a haver receita complementar e não podemos, como alguns prestadores de serviço passaram a fazer, imputar esses custos a outrem, nomeadamente a quem prestamos os nossos serviços.

As contas deste ano de 2020 evidenciam um melhor resultado em relação ao anterior, mas um sentir de novas dificuldades que urge ultrapassar e resolver, o que até ao momento não foi conseguido.

Neste grupo de dificuldades, sobressai a impossibilidade do atempado pagamento, na íntegra, do subsídio de férias a um número significativo de trabalhadores, de que, entretanto, o restante já foi liquidado, estando em falta ainda a totalidade do subsídio de Natal.

O Resultado do exercício de 2020, antes de Depreciações e gastos de Financiamento foi positivo no montante de **48.653,99€**, mas o Resultado Líquido do exercício foi negativo, sendo o seu valor de **-55.710,01€**.

Pego, 26 de Maio de 2021

A Direção
António Mor
Célia Lopes
Joaquim Oliveira
Joaquim Fontinha
Sérgio Horta